



ISSN:2763-5716

POLIGESRevista de Políticas Públicas e
Gestão EducacionalITAPETINGA,
2024

A META 20 DO PNE E AS CONTINGÊNCIAS FISCAIS NO BRASIL: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

PNE GOAL 20 AND FISCAL CONTINGENCIES IN BRAZIL: IMPACTS ON BASIC
EDUCATION

META 20 DEL PNE Y CONTINGENCIAS FISCALES EN BRASIL: IMPACTOS EN LA
EDUCACIÓN BÁSICA

Ildenbergue Lins dos Santos

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-1854-4198>

Ecumenical World University (EWU) - Flórida-EUA

Fábio Marques Bezerra

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4900-9164>

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v5i1.14710

Resumo: Nesta pesquisa, com vistas a identificar os impactos das contingências fiscais no Brasil na educação brasileira, considerando mais especificamente os desafios do país não ter atingido a meta n. 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, buscando em documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como em artigos publicados e indexados nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A partir deste estudo foi possível ratificar os desafios para o alcance de metas do PNE (2014-2024) frente às contingências fiscais no Brasil, destacando-se, principalmente, a meta 20 que diz respeito ao financiamento da educação. Com previsão de queda nas receitas disponíveis para a educação e crescimento das despesas educacionais, os cenários previstos demonstram um déficit e a incapacidade de financiamento, evidenciando que a meta n. 20 do PNE não será atingida dentro do prazo previsto, com impactos na educação que envolvem o comprometimento da infraestrutura escolar, formação dos professores, disponibilidade de materiais didáticos e apoio pedagógico, ampliando desigualdades e prejudicando a qualidade do ensino.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Educação Básica. Contingências Fiscais

Abstract: In this research, aimed at identifying the impacts of fiscal constraints in Brazil on Brazilian education, particularly considering the challenges of the country not having achieved National Education Plan (PNE) goal no. 20, a documentary and bibliographical research was conducted. Official documents from the Ministry of Education (MEC) and the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), as well as articles published and indexed in the

Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) databases were consulted. This study confirmed the challenges in achieving PNE goals (2014-2024) in the face of fiscal constraints in Brazil, particularly highlighting goal 20 regarding education financing. With a projected decrease in revenues available for education and an increase in educational expenses, the anticipated scenarios indicate a deficit and an inability to finance, demonstrating that PNE goal no. 20 will not be achieved within the stipulated timeframe. This has implications for education, including compromised school infrastructure, teacher training, availability of teaching materials, and pedagogical support, exacerbating inequalities and undermining the quality of education.

Keywords: National Education Plan. Basic Education. Tax Contingencies

Resumen: En esta investigación, con el objetivo de identificar los impactos de las contingencias fiscales en Brasil en la educación brasileña, considerando más específicamente los desafíos del país al no haber alcanzado la meta número 20 del Plan Nacional de Educación (PNE), se llevó a cabo una investigación documental y bibliográfica. Se buscaron documentos oficiales del Ministerio de Educación (MEC) y del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP), así como artículos publicados e indexados en las bases de datos de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES) y de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). A partir de este estudio, se pudo confirmar los desafíos para alcanzar las metas del PNE (2014-2024) frente a las contingencias fiscales en Brasil, destacándose principalmente la meta 20 que se refiere al financiamiento de la educación. Con una previsión de disminución en los ingresos disponibles para la educación y un aumento en los gastos educativos, los escenarios previstos muestran un déficit y una incapacidad de financiamiento, evidenciando que la meta número 20 del PNE no será alcanzada dentro del plazo previsto, con impactos en la educación que implican el compromiso de la infraestructura escolar, la formación de los profesores, la disponibilidad de materiales didácticos y el apoyo pedagógico, ampliando las desigualdades y perjudicando la calidad de la enseñanza.

Palabras clave: Plan Nacional de Educación. Educación básica. Contingencias Fiscales

Introdução

O presente trabalho faz um estudo sobre os impactos das contingências fiscais no Brasil na educação brasileira, considerando mais especificamente os desafios do país não ter atingido a meta n. 20 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Cunha (2021) destaca a complexidade da situação fiscal do Brasil durante a pandemia, enfatizando a importância de um equilíbrio entre política fiscal, preços e salários para garantir o pleno emprego. Morais e Antonio (2020) apontam desequilíbrios fiscais prévios à pandemia, com receitas inferiores aos gastos públicos, limitando a oferta de serviços básicos à população. Pereira et al. (2021) caracterizam a atual situação como uma depressão econômica, com impactos duradouros em emprego, preços, investimentos e finanças públicas. Pellegrini (2020) observa uma estabilidade relativa no déficit financeiro dos estados brasileiros entre 2015 e 2019, atribuindo a diminuição das despesas financeiras a um maior controle das operações de crédito.

No entanto, com a chegada da pandemia, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), as receitas estaduais tiveram uma queda média de 4,2% no primeiro semestre de 2020, com variação negativa registrada em 21 estados e no Distrito Federal. Além disso, é importante considerar que os estados assumiram responsabilidades adicionais na área da saúde durante a pandemia, resultando em um aumento de 20% em suas despesas. Nesse contexto, medidas adotadas, como o aumento das transferências e a suspensão do pagamento das dívidas com a União, foram fundamentais para evitar que os estados brasileiros entrassem em uma situação financeira insustentável.

Em 2023, houve avanços significativos na área fiscal, incluindo a aprovação da EC 126, que ampliou permanentemente o Bolsa Família, e a normalização das despesas discricionárias. Um novo arcabouço fiscal foi implementado, reduzindo os riscos fiscais extremos. Medidas de reoneração e reforma tributária foram aprovadas, junto com a redução de passivos fiscais, como pagamento de precatórios e acordo sobre a desoneração de ICMS. No entanto, o resultado primário do governo central piorou para -2,1% do PIB, principalmente devido a pagamentos de precatórios e compensações a estados e municípios (Schymura, 2024).

Para 2024, os desafios fiscais incluem a solução para a desoneração da folha, a manutenção da meta de resultado primário equilibrado, a gestão das expectativas fiscais do mercado, o alinhamento do orçamento com a política e a suavização da desaceleração econômica. A mudança na meta de 2024 é provável, mas é essencial manter um cenário fiscal construtivo e equilibrado entre receitas e despesas. A expectativa é de uma melhora substancial do resultado primário, mas o cumprimento da meta continua improvável (Schymura, 2024).

Diante da conjuntura mencionada, é evidente que a crise fiscal que assolou o Brasil desde meados de 2016 agravou ainda mais os desafios enfrentados pela educação no país. Com a chegada da pandemia, esses desafios foram intensificados, tornando ainda mais difícil para o sistema educacional brasileiro atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). A observação de Santos e Jacobs (2020) sobre o enfraquecimento do Ministério da Educação (MEC) em meio a essa crise fiscal lança dúvidas sobre a capacidade do governo de

lidar eficazmente com os problemas educacionais em curso. Isso sugere que a situação fiscal do país não apenas impactou diretamente o financiamento da educação, mas também minou a estrutura administrativa e política responsável por orientar e implementar políticas educacionais eficazes. Assim, o cenário atual representa um grande desafio para a educação brasileira, exigindo medidas urgentes e eficazes para garantir o avanço e a melhoria do sistema educacional nacional.

imenta (2023) ressalta que o PNE entrou em sua reta final com a maior parte das metas não alcançadas e outras indicando estagnação ou retrocesso. Mustafa (2024) acrescenta que além da escassez de recursos, a educação também enfrenta pressão para dar continuidade às políticas neoliberais, como o Novo Ensino Médio, que tendem a precarizar as escolas públicas.

Assim, nesta pesquisa, com vistas a identificar os impactos das contingências fiscais no Brasil na educação brasileira, considerando mais especificamente os desafios do país não ter atingido a meta n. 20 do PNE, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, buscando em documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como em artigos publicados e indexados nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Financiamento da Educação Pública

No Brasil, a qualidade da educação pública tem sido alvo de debates, especialmente em relação ao financiamento público. Estudos recentes têm investigado essa questão, especialmente com o fim da legislação do FUNDEB em 2020. O financiamento público, proveniente da arrecadação tributária, é crucial para garantir recursos necessários para o funcionamento das escolas. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites de gastos com educação, conforme definido na Constituição Federal, que determina que a União deve destinar no mínimo 18% da receita de impostos para educação, enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios devem destinar no mínimo 25%.

Com base na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, são estabelecidos limites mínimos de gastos com educação, sendo 18% para a União e 25% para Estados e Municípios. Dos 25% destinados pelos Estados e Municípios, 70% devem ser direcionados ao Ensino Fundamental e os 40% restantes a outros níveis de ensino, como Ensino Infantil e Médio.

Destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), onde 70% dos recursos devem ser destinados aos profissionais da educação básica. No mínimo, 95% dos recursos do FUNDEB devem ser gastos, sendo os 5% restantes disponíveis para o próximo trimestre ou abertura de crédito nacional. Os recursos do FUNDEB são distribuídos de acordo com o número de matrículas nas redes estaduais e municipais.

Apesar de uma política de financiamento bem delimitada, conforme destacado por Pinto (2018), o FUNDEB tem falhado em alcançar seus objetivos, resultando em um baixo valor por aluno, o que reflete claramente a persistente desigualdade educacional na história do Brasil. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que em 2018 apenas 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi direcionado à educação, evidenciando a insuficiência de recursos investidos na área.

A dimensão operacional do FUNDEB, abordando aspectos de assistência técnica e financeira, está fundamentada no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo decreto nº 6094/2007, em consonância com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996 e os mandatos da Constituição Federal de 1988 (art. 211, inciso 1º). Este prevê que a União organize e financie o sistema federal de ensino, além de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) deu origem a planos de ações financiáveis, como o PDE Escola (2007) e o PDE Interativo (2012), que disponibilizam verbas de custeio para escolas. Esses programas estabelecem metas viáveis para melhorar o aprendizado dos alunos, facilitar o trabalho dos professores, entre outros, visando alcançar as metas do IDEB.

Para entender a extensão dos problemas relacionados ao financiamento público da educação básica, podemos considerar a última auditoria realizada pelos Tribunais de Contas brasileiros em 2013. Essa auditoria tinha como objetivo identificar os principais desafios que afetam a qualidade e a abrangência do ensino no país, além de avaliar as ações do governo para eliminar ou mitigar esses problemas.

O Ensino Fundamental foi selecionado como foco, pois é um nível educacional com grandes desafios em termos de melhoria do ensino e de indicadores educacionais. Segundo a LDBEN, cabe ao Estado atuar principalmente nesse nível de ensino. Como resultado, as redes estaduais concentram cerca de 97% das matrículas nesse nível educacional.

A auditoria coordenada envolveu mais de 90 auditores do Tribunal Federal de Contas do Brasil e de outros 28 tribunais de contas brasileiros, com visitas a aproximadamente 580 escolas em todo o país. Entre os principais achados, destacam-se: divergências nas informações do Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos na Educação (SIOPE) em relação a outras fontes de dados de execução orçamentária, levantando preocupações sobre a precisão dos gastos com educação; evidências de subfinanciamento do ensino médio no Brasil; falta de definição de padrões mínimos de qualidade educacional, dificultando a estimativa do valor mínimo por aluno necessário para garantir uma educação de qualidade.

O relatório dos Tribunais de Contas apontou que a sistemática de transferências voluntárias conduzidas pelo Ministério da Educação (MEC) para os Estados e o Distrito Federal não garante que a assistência financeira do governo federal beneficie efetivamente as redes que mais necessitam de suporte. Sugeriu-se, portanto, a definição de um valor mínimo por aluno, com base nesses padrões, que oriente os fundos adicionais que o governo federal deve transferir para o FUNDEB de cada estado.

O estudo de Politi (2019) evidenciou que o FUNDEB contribuiu significativamente para a redução da desigualdade entre os municípios, mas ainda persistem grandes disparidades de financiamento. Para alterar essa realidade, o autor sugere reformular a forma de redistribuição dos recursos ou aumentar o montante dos investimentos.

Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Menezes (2019), que destaca que o FUNDEB não tem o objetivo de melhorar a eficiência dos gastos com educação e não possui instrumentos para isso. Menezes (2019) ressalta que há municípios com o mesmo nível de gastos que apresentam diferentes níveis de eficiência, indicando que os resultados não são afetados pelas regras do fundo. Essa constatação é corroborada por Silva (2019), que argumenta que o FUNDEB não pode ser responsabilizado por melhorias ou falhas nos resultados educacionais.

Esses resultados apontam para a necessidade de discussões que visem outras dimensões das políticas de financiamento público da Educação Básica. Em vez de simplesmente aumentar os recursos, a mudança na gestão pode representar uma possibilidade mais clara de melhoria na eficácia do financiamento.

Crise Fiscal e os Impactos na Educação

Vianna (2002) destaca que, na literatura especializada, o conceito de política social não é precisamente definido, sendo entendido, de forma geral, como uma modalidade de política pública no âmbito das Ciências Sociais. Essa definição, embora óbvia, também pode ser considerada vaga.

As políticas sociais têm como principal objetivo a redução da desigualdade social. Segundo a Oxfam Brasil (2018), o Brasil enfrenta uma estagnação na distribuição de renda, com aumento da pobreza e retrocesso na equiparação salarial entre gêneros e etnias. Esses retrocessos são atribuídos à crise econômica, fiscal e moral que assola o país, evidenciada pelos escândalos de corrupção que levaram à crise nas políticas públicas e na economia.

Em meio a uma crise fiscal e econômica, o Brasil enfrenta a necessidade de reformas políticas importantes. O papel crucial do assistente social destaca-se na defesa das políticas sociais em prol das minorias e dos desfavorecidos, visando a redução da desigualdade no país. Como medida para conter a crise, o governo federal implementou em 2016 a PEC do "Teto de Gastos", limitando o crescimento dos gastos públicos à inflação por um período de 20 anos, visando controlar a evolução da dívida pública em relação ao PIB.

Apesar da implementação da PEC do "Teto de Gastos", observou-se a manutenção de gastos excessivos, aumento dos recursos para o fundo eleitoral e

benefícios para as classes mais privilegiadas. Por outro lado, programas sociais essenciais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Farmácia Popular sofreram impactos imediatos após a publicação da PEC. Há grande preocupação com a viabilidade de cumprir as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), especialmente diante dos cortes de verbas nas universidades federais em 2019, comprometendo pesquisas, bolsas e a permanência de alunos em condições adequadas de estudo. A redução de recursos afeta diretamente o desempenho acadêmico, levando muitos estudantes a enfrentarem dificuldades financeiras ao tentar conciliar estudos e trabalho remunerado.

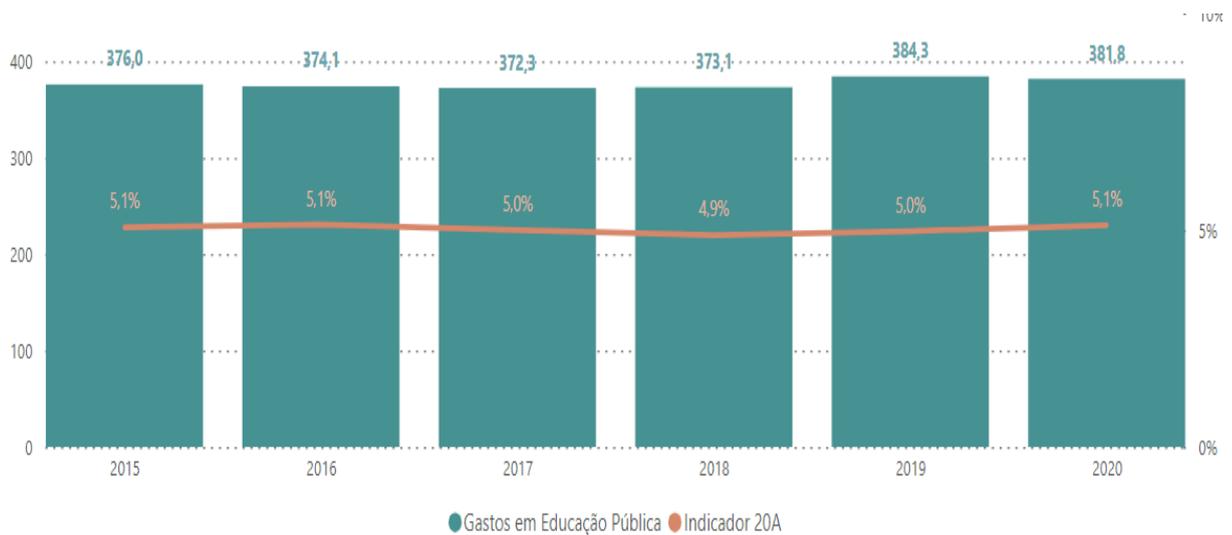
Se os congelamentos de investimentos e cortes de verbas na educação persistirem pelos 20 anos estabelecidos na PEC, juntamente com a projeção de redução da taxa de natalidade, a População Economicamente Ativa (PEA) poderá ser menos qualificada e preparada para o mercado de trabalho do que a atual, aumentando a desigualdade social. O acesso à educação é fundamental para formar cidadãos capazes de agir reflexiva e criticamente no âmbito público, bem como de se destacar na vida cultural e profissional.

Para garantir a qualidade da educação, é crucial que haja investimentos adequados, como destacado por Silva, Galvão e Silva (2021, p. 87), que apontam que os gastos públicos com educação são uma das principais rubricas do orçamento, enquanto Amaral (2017, p. 5) observa uma queda na arrecadação de impostos pela União a partir de 2014, influenciada pelo declínio econômico que culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Conforme estipulado no Art. 212 da Constituição Federal, a União deve destinar pelo menos 18% de sua receita para a educação, enquanto os outros entes federativos devem destinar 25%. No entanto, Silva, Galvão e Silva (2021, p. 87) ressaltam que é essencial não apenas considerar os montantes investidos, mas também avaliar a eficácia desses investimentos, garantindo que sejam bem alocados e que gerem os resultados esperados para os estudantes.

Os dados mais recentes do monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) revelam que a meta 20, que diz respeito ao financiamento da educação no Brasil, ainda está longe de ser alcançada. A intenção era que os investimentos em educação corressem a 7,0% do Produto Interno Bruto (PIB) até

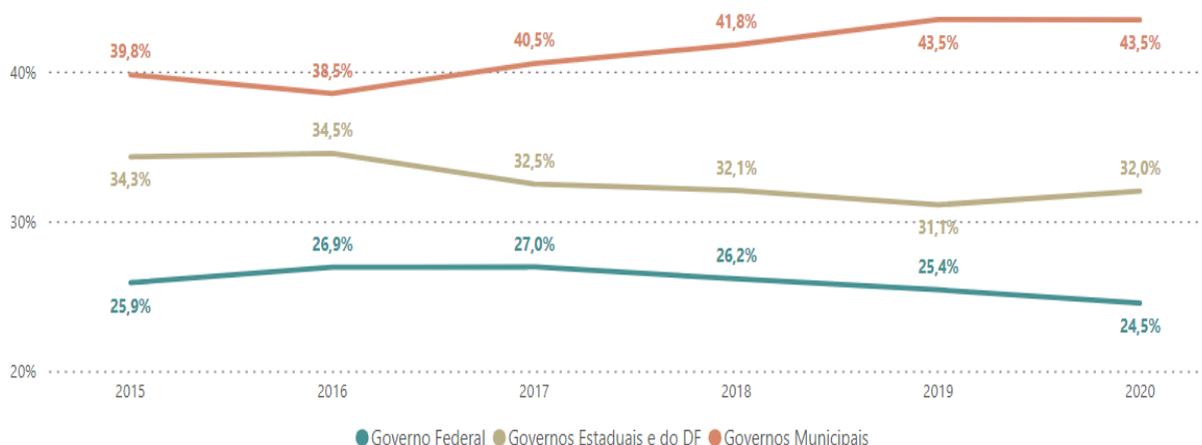
2019 e a 10% até 2024. Entretanto, até 2018, esse percentual estava em 5,0% e, até 2019, subiu para 5,1%, conforme mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Gasto público em educação pública em proporção ao PIB (Meta 20)



Fonte: INEPData (2024).

Para o ano de 2024, a estimativa é de que o percentual fique em 5,4%, ficando distante da meta traçada que era de 10,0%. De acordo com Pinto (2023), o que se verifica é que nessa reta final do PNE a maioria das metas não foram atingidas. A pandemia agravou a situação fiscal do Brasil, evidenciando a falta de capacidade técnica e financeira dos municípios. As medidas aprovadas pelo Congresso Nacional foram consideradas insuficientes para minimizar os efeitos da desigualdade social crescente, sem considerar os impactos de médio e longo prazo para uma recuperação econômica gradual, conforme Melo e Ramo (2020). Ao analisar os resultados referentes ao gasto público em educação no Brasil por ente federativo, podemos observar algumas tendências ao longo dos anos (Gráfico 2).

Gráfico 2. Gasto público em educação pública em proporção ao PIB (Meta 20)

Fonte: INEPData (2024).

Em relação ao total de despesas com educação, houve uma pequena flutuação, com uma leve tendência de aumento de 2015 a 2019, seguida por uma queda em 2020. No que diz respeito às despesas do Governo Federal, estas tiveram uma variação ao longo dos anos, com um pico em 2016 e uma queda em 2020, embora as mudanças não tenham sido tão significativas em comparação com os governos estaduais e municipais.

Já os governos estaduais e do Distrito Federal apresentaram uma tendência de queda nas despesas com educação de 2015 a 2018, seguida por um pequeno aumento em 2019 e 2020. Por fim, os governos municipais mostraram uma tendência geral de aumento nas despesas com educação ao longo dos anos, com exceção de uma pequena queda em 2016. O aumento mais significativo ocorreu de 2018 a 2019.

No geral, observamos que os governos municipais têm sido consistentemente responsáveis pela maior parcela das despesas com educação, seguidos pelos governos estaduais e do DF, enquanto o Governo Federal tem uma participação menor em comparação com os outros entes federativos. As flutuações nos gastos ao longo dos anos podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo mudanças nas políticas governamentais, variações econômicas e impactos de eventos como a pandemia de COVID-19.

Fujiwara, Chropacz e Offmann (2020) constataram problemas de arrecadação em 89,8% dos 108 municípios brasileiros analisados durante a pandemia, com

64,8% indicando a informatização dos processos. Tonetto Júnior (2021) destaca que o esforço fiscal é essencial para reverter essa situação. O Instituto Unibanco (2020) projetou três cenários de contingências fiscais que resultariam em reduções significativas nos investimentos em educação, afetando o cumprimento das metas do PNE, especialmente a meta 20 de aumento do financiamento educacional.

O relatório *Education at a Glance 2023* da OCDE revela que o Brasil investe menos em educação do que os países membros da organização. Em 2020, o Brasil investiu US\$ 4.306 por estudante, enquanto a média da OCDE foi de US\$ 11.560. Os investimentos brasileiros reduziram entre 2019 e 2020, atribuídos em parte à pandemia de covid-19. Apesar do PNE estabelecer que o Brasil deve investir pelo menos 10% do PIB em educação até 2024, em 2022 o investimento brasileiro era de 5,5% do PIB, abaixo das metas estabelecidas. O relatório também destaca a necessidade de valorização dos professores, ressaltando que muitos países enfrentam escassez desses profissionais e que os salários dos professores são inferiores aos de outros trabalhadores com ensino superior. No Brasil, os salários dos professores permanecem desvalorizados (OECD, 2023).

O Brasil investe anualmente US\$ 3.583 por aluno na educação básica, enquanto a média da OCDE é de US\$ 10.949. Luxemburgo lidera o ranking, gastando US\$ 26.370 por aluno, seguido pela Suíça com US\$ 17.333 e pela Bélgica com US\$ 16.500. Após a pandemia de Covid-19, o Brasil reduziu os gastos públicos com educação em 10,5%, enquanto houve aumento de 8,9% nos investimentos em outros serviços. Em contraste, os membros da OCDE aumentaram os recursos destinados à educação em 2,1%. O relatório destaca ainda a preocupação com o alto número de jovens "nem-nem" no Brasil, representando 24,4% da população entre 18 e 24 anos. Esse índice é o sexto pior entre os países da OCDE, que têm uma média de 15%, com a Holanda liderando com apenas 4% (OECD, 2023).

Ressalta-se que o impacto do baixo investimento na qualidade da educação no Brasil é evidente em vários aspectos do sistema educacional. Primeiramente, a infraestrutura escolar sofre com a falta de recursos, refletindo em salas de aula superlotadas, condições físicas precárias e escassez de recursos tecnológicos. Essas condições desfavoráveis dificultam o ambiente de aprendizagem e comprometem a qualidade do ensino. Além disso, o baixo investimento afeta diretamente a formação e a remuneração dos professores. Salários insuficientes,

condições de trabalho precárias e falta de programas de capacitação contínua levam à desmotivação e ao desgaste profissional dos docentes, impactando negativamente a qualidade do ensino.

Outro ponto crucial é a disponibilidade de materiais didáticos e recursos pedagógicos. Escolas enfrentam dificuldades em fornecer livros, equipamentos de laboratório e outros materiais essenciais para o processo de ensino-aprendizagem, o que prejudica a eficácia das práticas educacionais. Além disso, o baixo investimento se reflete na oferta de apoio pedagógico, como programas de reforço escolar e acompanhamento psicopedagógico. A falta de recursos dificulta a individualização do ensino e o atendimento às necessidades específicas dos alunos, agravando as desigualdades educacionais no país.

Esses desafios ampliam disparidades regionais e socioeconômicas no acesso a uma educação de qualidade, comprometendo o desenvolvimento social e econômico do Brasil a longo prazo. Assim, é crucial que o país priorize políticas e investimentos que visem a melhoria da qualidade do ensino, garantindo recursos adequados para promover uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes. Nesse contexto, a educação surge como um campo particularmente afetado, com cortes significativos de verbas que ameaçam a qualidade e o acesso à educação pública, comprometendo o desenvolvimento futuro do país. A pandemia de COVID-19 apenas agravou essa situação, desafiando ainda mais a capacidade do país de fornecer serviços públicos essenciais e exacerbando as desigualdades existentes. Os dados apresentados evidenciam uma diminuição nos investimentos em educação como proporção do PIB, contrariando as metas estabelecidas e indicando um futuro preocupante em termos de formação de capital humano e redução das desigualdades sociais.

Conclusão

O investimento insuficiente na educação, aliado às persistentes desigualdades estruturais, representa um desafio para a consolidação da democracia e da cidadania no Brasil. Para o progresso nacional, é crucial uma educação de qualidade, formando cidadãos críticos capazes de impulsionar o desenvolvimento intelectual do país. As crises fiscais e seus impactos nas políticas

públicas exigem a adoção de normas e procedimentos para prevenir ou enfrentar os efeitos negativos, especialmente em nações vulneráveis como o Brasil, onde os governos têm responsabilidades específicas para com as classes de baixa renda.

A partir deste estudo foi possível ratificar os desafios para o alcance de metas do PNE (2014-2024) frente às contingências fiscais no Brasil, destacando-se, principalmente, a meta 20 que diz respeito ao financiamento da educação. Com previsão de queda nas receitas disponíveis para a educação e crescimento das despesas educacionais, os cenários previstos demonstram um déficit e a incapacidade de financiamento, evidenciando que a meta n. 20 do PNE não será atingida dentro do prazo previsto, com impactos na educação que envolvem o comprometimento da infraestrutura escolar, formação dos professores, disponibilidade de materiais didáticos e apoio pedagógico, ampliando desigualdades e prejudicando a qualidade do ensino.

Para construir uma sociedade mais justa e igualitária, é crucial que o governo redirecione esforços e recursos para fortalecer o sistema educacional e outras áreas sociais vitais. Investir em educação é investir no futuro do país, na capacitação de seus cidadãos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e na promoção de uma sociedade mais crítica, justa e igualitária. O desafio está em superar os entraves políticos e econômicos atuais para reverter a tendência de cortes e negligência, garantindo o direito à educação de qualidade para todos e, por extensão, fortalecendo as bases para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Brasil.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

BRASIL, **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Auditoria coordenada educação**. Instituto Rui Barbosa; Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2014.

CUNHA, G. A. C. Os efeitos da política fiscal sobre o crescimento econômico: Uma análise baseada no capítulo 2 do livro “Contas Públicas no Brasil—A política fiscal no Brasil e a relação com o crescimento econômico”. **Boletim Economia Empírica**, 2021, n. 2, v. 7.

DIEESE A questão fiscal na pandemia e as questões para 2021. **Dieese** – 65 anos. 2020. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/documento/a-questao-fiscal-pandemia-as-questoes-2021-867.pdf> Acesso em: fev. 2024

FUJIWARA, Ricardo Shigueru; CHROPACZ, Franciely; OFFMANN, Denis. Administração Tributária Municipal e a Covid-19: Um estudo do impacto nas receitas tributárias e nos serviços públicos. **Boletim de conjuntura (boca)**, v. 3, n. 8, p. 86-100, 2020.

INEP. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**. Alvana Maria Bof; Adolfo Samuel de Oliveira (organizadores). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

INEPDATA. Indicador 20A: Gasto público em educação pública em proporção ao PIB. Meta: Gasto público em educação pública de 7,0% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20PNE%2FMeta%2020%2FPaineis%2FPNE%20-%20Meta%2020&Page=Indicador%2020A> Acesso em: fev. 2024

INSTITUTO UNIBANCO. **COVID-19 impacto fiscal na educação básica**: O cenário de receitas e despesas nas redes de educação em 2020. 2020. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Impacto_covid-19_educacao-FINAL..pdf Acesso em: fev. 2024

MELO, Luciana Grassano; RAMOS, Maria Raquel Firmino. Covid-19, federalismo fiscal e a crise financeira das cidades. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 2, p. 729-752, 2021.

MENEZES, Naercio. Financiamento e gestão: desafios para a educação Brasil. In.: ARAÚJO e OLIVEIRA, João Batista et al. **Financiamento da Educação Básica no Brasil**. Brasília: Comissão de Educação e Cultura Câmara dos Deputados, 2019.

OECD. **Education at a Glance**. Paris: OECD Indicators, 2023. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/e13bef63-en.pdf?expires=1711832664&id=id&accname=guest&checksum=A7ACD3E94A7BAB83411663B0CCD077FF> Acesso em: mar. 2024.

PINTO, JM de R. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 39, n. 145, p. 846-869, 2018.

PINTO, P. Plano Nacional de Educação entra na reta final sem cumprir maioria das metas. **Agência Senado**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/plano-nacional-de-educacao-entra-na-reta-final-sem-cumprir-maioria-das-metas> Acesso em: mar. 2024.

POLITI, Ricardo Batista. In.: ARAÚJO e OLIVEIRA, João Batista et al. **Financiamento da Educação Básica no Brasil**. Brasília: Comissão de Educação e Cultura Câmara dos Deputados, 2019.

SANTOS, Ana Luiza; JACOBS, Edgar. **O último biênio do PNE e perspectivas para a pós-pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/resultados-do-ultimo-bi%C3%AAnio-do-pne-e-perspectivas-para-a-p%C3%B3s-pandemia> Acesso em: fev. 2024.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. Os cinco desafios da política fiscal em 2024. **Carta do IBRE**, 2024. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2024-02/cartadoibreconjunturaeconomica202402baixa.pdf> Acesso em: mar. 2024.

SILVA, Thalita. Financiamento e Qualidade da Educação Pública. In.: ARAÚJO e OLIVEIRA, João Batista et al. **Financiamento da Educação Básica no Brasil**. Brasília: Comissão de Educação e Cultura Câmara dos Deputados, 2019.

TONETTO JÚNIOR, Tarcísio Renato. Efeitos da pandemia na dívida bruta do Governo Geral e o esforço fiscal para estabilização. **Boletim Economia Empírica**, v. 2, n. 7, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Ildenbergue Lins dos Santos

Ecumenical World University (EWU) - Flórida-EUA. Mestrando em Educação (WUE) – Brasil.
Correio eletrônico: berq17@gmail.com

Fábio Marques Bezerra

Doutor e mestre em Educação (Linha de pesquisa: Memórias e Identidades) pela UFPE.
Colégio Militar do Recife – Brasil. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Correio
eletrônico: fabio.mb1@gmail.com

Recebido em: 26 de abril de 2024
Aprovado em: 03 de junho de 2024
Publicado em: 30 de junho de 2024